

# Na Constituição, o fim de toda censura

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O fim da censura de qualquer espécie sobre livros, jornais, revistas e outros periódicos, filmes e vídeos, peças teatrais e outras formas de expressão, espetáculos culturais ou diversões públicas é um dos principais pontos do substitutivo elaborado pelo deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ), apresentado ontem à Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

"A lei não restringirá a liberdade de imprensa, exercida em qualquer meio de comunicação", estabelece o texto do deputado peemedebista fluminense, acrescentando que "os meios de comunicação e serviços relacionados com a liberdade de expressão não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio, por parte das empresas privadas ou entidades do Estado".

Outros dos pontos abordados pelo substitutivo: a gratuidade do ensino público em todos os níveis; a regulamentação do jogo de azar e de loteria; o veto a programas antinatalistas, públicos e privados; o efeito civil do casamento religioso; e a proteção do

menor e do idoso atribuída ao Estado e à sociedade.

Como já havia declarado, o relator da comissão trouxe novamente à discussão o polêmico Conselho Nacional de Comunicação. Mas com grande diferença em relação à proposta apresentada pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) e derubada na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Segundo a proposta de Arthur da Távola, é a lei que disporá "sobre a instituição, composição, competência, autonomia, vinculação administrativa e recursos necessários ao funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação".

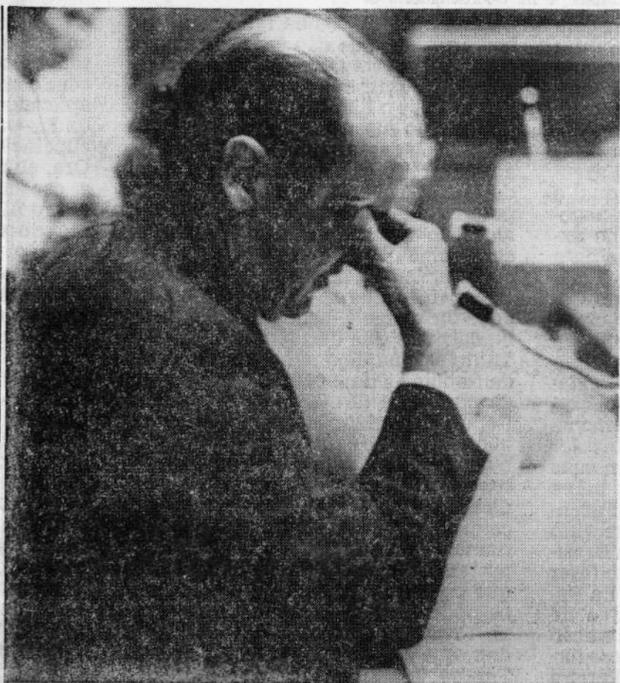
Pela proposta do relator, o Conselho terá a atribuição de estabelecer, supervisionar e fiscalizar políticas nacionais de comunicação nas áreas de radiodifusão e de outros meios eletrônicos. A nova entidade observaria os seguintes princípios: complementariedade dos sistemas público, privado e estatal na concessão e exploração dos serviços de radiodifusão; prioridade a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas na exploração dos serviços concedidos; promoção da cultura nacional em suas distintas manifestações, assegurada a regionalização da produção cultural nos meios de

comunicação e na publicidade; e pluralidade e descentralização, vedada a concentração da propriedade dos meios de comunicação.

Ainda no capítulo da comunicação, o relator propõe que "constitui monopólio da União a exploração de serviços públicos de telecomunicações, comunicação postal, telegráfica e de dados".

No capítulo da Ciência e Tecnologia, além da reserva de mercado, o relator afirma que "o mercado interno constitui patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da Nação". Diz, ainda, que "o Estado poderá denunciar a qualquer tempo os acordos de patentes, no interesse da soberania nacional".

Arthur da Távola, em seu substitutivo, afirma também que "a construção de centrais termonucleares, termoelétricas, hidroelétricas e usinas de processamento de materiais férteis e fisséis, bem como qualquer projeto de impacto ambiental dependerá de aprovação do Congresso Nacional".



Serra lê relatório, em que não limita banco estrangeiro

## Voto decide luta de Gasparian e Serra

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Assembleia Constituinte vai decidir no voto, no final da semana, se os bancos estrangeiros poderão participar do mercado financeiro nacional. A votação vai opor o substitutivo do relator da Comissão, deputado José Serra (PMDB-SP) — que permite a operação dos bancos estrangeiros — ao anteprojeto aprovado há duas semanas pela Subcomissão do Sistema Financeiro, que vedava essa participação.

O relator da Subcomissão, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), disse ontem que vai reapresentar, em forma de emendas, os artigos do anteprojeto referentes aos bancos estrangeiros, que foram modificados por Serra em seu próprio relatório, apresentado no sábado passado. Reapresentados por Gasparian, eles irão à votação da Comissão, contra os artigos correspondentes do relatório de Serra. O resultado da votação estará sujeito ainda ao que decidirá a Comissão de Sistematização e o próprio plenário da Constituinte.

A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças reuniu-se ontem de manhã, para a apresentação oficial do relatório. Não houve debates sobre o conteúdo do substitutivo. Os constituintes se limitaram a ouvir uma exposição do relator sobre os princípios gerais de seu trabalho, e a discutir os prazos e a forma de apresentação de emendas. A primeira discussão do relatório de Serra ficou marcada para ontem à noite, depois que os constituintes tivessem tempo de analisá-lo, durante a tarde.

### MODIFICAÇÕES

O relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Fernando Gasparian, pediu tempo para opinar sobre

o relatório de Serra, mas adiantou, logo depois da reunião de ontem de manhã, alguns comentários sobre dois dos pontos que provocaram polêmica, propostos por ele: a extinção da carta-patente e as restrições aos bancos estrangeiros.

Gasparian disse que o relatório de Serra mantém a extinção da carta-patente, ao determinar que a autorização para o funcionamento de instituições financeiras, concedida pelo poder público, será intransferível e inegociável. Mas o deputado disse que não gostou das modificações feitas pelo relator da Comissão na questão dos bancos estrangeiros.

O relator remeteu para a legislação ordinária a regulamentação da participação de capital estrangeiro no mercado nacional, enquanto Gasparian, no anteprojeto da Comissão, proíbe que bancos estrangeiros recebam depósitos no Brasil, e vedava a participação acionária de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras no capital de instituições financeiras. Depois de anunciar que reapresentaria suas propostas como emendas, Gasparian estranhou que a redação do substitutivo de Serra seja a mesma de várias emendas apresentadas por parlamentares diferentes, iguais entre si no texto, na justificativa e no próprio tipo de máquina de escrever. "Parece que havia um lobby preparando emendas e distribuindo-as a vários constituintes", comentou Gasparian.

De acordo com o cronograma acertado com o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, os constituintes têm até hoje à noite para apresentar novas emendas ao substitutivo de Serra. O relator terá amanhã e quinta para analisá-las e apresentar um segundo substitutivo, que irá então à votação juntamente com as emendas entregues até hoje. A votação deve começar na sexta-feira, e se estender até o domingo.

## Prazo para as emendas termina hoje

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Apresentados em primeira mão pelos relatores das comissões temáticas no fim de semana, os oito pareceres substitutivos — que representam um segundo esboço da futura Constituição — poderão ser emendados pelos 559 constituintes até a meia-noite de hoje (o prazo foi iniciado ontem, com a publicação dos avulsos dos pareceres).

A partir de amanhã e até sexta-feira, os oito relatores deverão apresentar pareceres sobre as emendas que cada comissão recebeu e, se considerarem necessário poderão, até mesmo, apresentar um novo substitutivo, alterando, se for o caso, o conteúdo do seu parecer anterior.

A discussão e votação dos novos pareceres — último trabalho das oito comissões temáticas antes da sua dissolução — será iniciada sexta-feira e se estenderá pelo sábado e domingo, não podendo passar, no entanto, da meia-noite do domingo: a redação final deverá ser publicada e encaminhada à Comissão de Sistematização no máximo na segunda-feira, dia 15 de junho.

A partir da data de 15 de junho, começa a contar um prazo muito importante, de exame, pela Comissão de Sistematização (mais particularmente, pelo relator da comissão, deputado Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas), dos oito pareceres substitutivos, pelo prazo de 30 dias. Até 15 de julho, portanto, a Comissão de Sistematização deverá apresentar, para publicação e encaminhamento ao plenário, o primeiro anteprojeto do que será a nova e futura Constituição.

O trabalho da Comissão de Sistematização será compatibilizar os pontos divergentes e redigir aqueles que são considerados pacíficos, elaborando realmente um anteprojeto a partir do seu artigo 1º e tratando de todo o arcabouço de uma Carta constitucional. Em termos mais imediatos, à Comissão de Sistematização — antes de o relator Bernardo Cabral começar a trabalhar — também serão apresentadas emendas pelo prazo de cinco dias (até o dia 20 de junho, portanto).

Dois dias após a entrega do parecer de Bernardo Cabral ao plenário — para publicação e divulgação aos constituintes e às principais autoridades políticas e jurídicas do País —, começará a contar o prazo de 40 dias (de 17 de julho a 28 de agosto), para discussão e votação em primeiro turno do primeiro anteprojeto.

## Estatização, convite para o confronto

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"Se votarem pelo fechamento de universidades e escolas privadas, estatizando o ensino brasileiro, aí nós vamos para o confronto", advertiu ontem o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, ao anunciar reuniões com os seus vice-líderes e com os presidentes das comissões temáticas de seu partido para tratar da Constituição. O deputado garantiu que seu grupo está aberto à negociação e ao entendimento "para que a Constituição seja, pelo menos, o reflexo de 80% da sociedade". Buscando a conciliação, mas também alerta para os perigos da estatização, ele admitiu que, quando houve o confronto, "não foi bom para o País".

José Lourenço reuniu-se ontem com seus vice-líderes para uma análise preliminar dos anteprojeto apresentados. Hoje, ele se encontra com os presidentes das comissões temáticas do PFL e o único do PDS, senador Jarbas Passarinho. O objetivo é definir a estratégia a ser seguida a partir da atual fase da Constituição. Sobre a questão do ensino, ele considera que não se pode admitir a proibição de transferências de recursos do poder público para as escolas particulares. "Isso equivaleria a fechar, de imediato, todas as universidades católicas, colégios católicos, protestantes, batistas, que recebem complementação de recursos federais."

### SONHO

"Por falta de assessoria e pelo pouco tempo de que dispõe, o parecer de Arthur da Távola parece um relatório de sonhos, tecnicamente mal descritos." A observação foi feita ontem pelo deputado Alvaro Valle (PFL-RJ), que apontou várias imperfeições no anteprojeto apresentado pelo relator da Comissão de Família e Educação. Ele criticou a disposição do relator em determinar a idade mínima para a escolaridade e a exigência do ensino, em qualquer nível, em idioma nacional: "Isso quer dizer que quando a UnB trouxer a Brasília um professor estrangeiro, ele terá de aprender previamente português ou tupi-guarani". Segundo o parecer, a lei fixará o conteúdo básico obrigatório do ensino. "É um absurdo", reclamou Valle. "Não se pode aprovar programa escolar através de lei. Se houver uma descoberta importante no campo científico, ela somente poderá ser ensinada se aprovada pelo Congresso."

## Covas e relatores vão definir os textos finais

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB na Assembleia Constituinte, senador Mário Covas (SP), encontra-se hoje com cada um dos relatores das comissões temáticas para definir o texto final de seus pareceres. Na reunião de hoje, de que participaram os vice-líderes peemedebistas na Constituinte, Covas examinará quais propostas têm condições de ser aprovadas. Isso porque a cúpula nacional do partido está com receio de novas surpresas, como aconteceu nas subcomissões, e busca firmar uma posição comum nos temas mais polêmicos.

Na opinião de Mário Covas, o produto final dos trabalhos das comissões temáticas será "aceitável". O senador paulista prevê que questões como tributos, aborto, especulação urbana e pena de morte devam ser as mais polêmicas. No final de semana, o líder na Constituinte teve reuniões com os relatores e os líderes Carlos Sant'Anna, do governo, e Luiz Henrique, da Câmara, além de seus vice-líderes e do deputado Ulysses Guimarães.

Luiz Henrique afirmou ontem que a cúpula partidária também se preocupou, na medida do possível, com os dispositivos progressistas. Na Comissão de Ordem Econômica, por exemplo, o relator Severo Gomes teria ouvido as mais diversas correntes. Os dirigentes do PMDB entendem que a reforma agrária avançou de acordo com a média das opiniões. Somente com a reunião de hoje

entre Mário Covas e os relatores se poderá ter uma idéia do texto final a ser submetido à votação no próximo fim de semana. O líder na Constituinte já havia classificado os pareceres de "razoavelmente progressistas", mesmo antes de se encontrar com os relatores na casa de Ulysses Guimarães. Covas destacou que a proposta de sistema de governo apresentada pelo relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo "é um pouco mais avançada" que a apresentada pelo senador José Fogaça, da Subcomissão do Poder Executivo. O primeiro, Egídio Ferreira, defende o parlamentarismo puro e quatro anos de mandato para o presidente Sarney, além da possibilidade de o Congresso vetar ministros militares.

### EQUILÍBRIO DE PODERES

Covas, entretanto, tem pensado numa fórmula de sistema de governo que preserve o poder do presidente da República e aumente o da Câmara, pois é praticamente certo que o parlamentarismo será adotado, nessa fase dos trabalhos.

Com relação à duração do mandato do presidente Sarney — admitem os vice-líderes do PMDB na Constituinte — não há garantia alguma. A intenção do relator Egídio Ferreira Lima (PE) ao definir um mandato de quatro anos para Sarney teria sido, no entender de um peemedebista, atrair os parlamentaristas. Acabaria prevalecendo o sistema de governo e a permanência do presidente seria negociada. Ou seria até

decidida no voto; já que o partido não tem uma diretriz para esse assunto, cada constituinte votaria de acordo com sua convicção.

Do ponto de vista da liderança peemedebista, um dos piores relatórios foi o apresentado pelo deputado Prisco Viana, relator da Comissão da Organização Eleitoral. Foi considerado um retrocesso. O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, chegou a pedir ao deputado baiano que retirasse do seu parecer a prorrogação dos mandatos municipais. Apesar da contrariedade de seus colegas, Prisco continua querendo aprovar a possibilidade de reeleição de prefeitos. Mário Covas também intercederá para tentar melhorar o parecer da Organização Eleitoral, por meio de emendas.

### TEMAS POLÊMICOS

Outras questões não-partidárias, além do mandato do presidente Sarney, poderão ser votadas livremente pelos constituintes. Covas pretende liberar os para votar como bem entenderem em questões como aborto e pena de morte. O mesmo deve acontecer com relação a tributos, tema em que a liderança prevê haverá "uma verdadeira batalha, espécie de salve-se quem puder".

Os líderes peemedebistas continuam querendo restabelecer a idéia do Conselho Nacional de Comunicação proposto pela deputada Cristina Tavares. Covas acredita que a tornar-se aceitável se for abrandado o controle dos atos do governo no setor.

## Ordem Social modifica o uso do FGTS

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A utilização do FGTS poderá ser completamente alterada criando condições aos pequenos assalariados de adquirir um negócio ou casa própria, se aprovada proposta do relator da Comissão de Ordem Social da Constituinte, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Ele sugere que os recursos arrecadados obrigatoriamente dos trabalhadores pelo Fundo Patrimonial Individual — que substituiria o FGTS — sejam rateados igualmente entre todos os empregados, independente das diferenças de salário. A intenção, segundo o senador, é melhorar as condições de vida dos trabalhadores com baixos salários e cuja grande rotatividade no emprego os impede de acumular o FGTS.

Almir Gabriel considerou "muito avançado" o texto do anteprojeto da Comissão de Ordem Social que aglutinou os textos finais dos anteprojeto de três subcomissões: Saúde, Segurança Social e Meio Ambiente; Trabalhadores e Funcionários Públicos; e, Minorias (Índios, negros, homossexuais), compreendendo seis capítulos da nova Constituição. Das 1.282 emendas apresentadas ao substitutivo de Gabriel, 60% referem-se ao capítulo do Trabalho.

A partir de ontem seu relatório começou a receber emendas — cinco — mantidas, porém, em sigilo. Os 115 artigos originais foram reduzidos para 99, mas o senador garantiu ter mantido seus princípios filosóficos. Ele reconheceu, porém, que este não representa o texto do seu sonho, nem o da sociedade, admitindo ter mantido a bandeira do seu partido — o PMDB — e garantido a viabilidade de aplicação de todos os 99 itens numa "base legal de desenvolvimento harmônico entre a economia e o campo social". "As propostas serão perfeitamente alcançáveis", frisou o senador.

Almir Gabriel disse ter buscado completar dois aspectos fundamentais: segurança no trabalho e melhoria das condições de vida. A estabilidade no emprego ficaria garantida com quatro ressalvas: contrato a termo (fixando período de trabalho temporário); ocorrência de falta grave comprovada judicialmente; prazos definidos em contratos de experiência; e ocorrência de fato econômico intransponível — técnico ou de infortúnio — da empresa, sujeito a comprovação judicial. Este era um dos pontos mais polêmicos do anteprojeto de subcomissão específica que defendia a estabilidade plena no trabalho.

## 'Estado forte gasta mais para ser mais eficiente'

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O anteprojeto para a regulamentação da ordem econômica na futura Constituição "é um culto à estatolatria dos 20% de constituintes estatizantes que não percebem que um Estado forte apenas gasta mais para ser mais eficiente". O julgamento é do deputado Delfim Netto (PDS-SP) ao analisar o relatório do senador Severo Gomes (PMDB-SP) que, aparentemente, conseguiu um consenso entre as diversas correntes ideológicas e de interesses na Constituinte: desagradou a todos.

A ala estatizante também não gostou do parecer. O ex-líder estudantil Vladimir Palmeira (PT-RJ) considerou o texto de Severo Gomes "um presente à direita, que teve 95% de suas reivindicações atendidas". Ele considera que, "se não houver concessões dos setores conservado-

res, que estão em evidente maioria e dispostos a utilizar novamente a tática do rolo compressor, é melhor perdermos com nosso projeto original a aceitar o de Severo Gomes". Nenhum dos relatores das subcomissões que formam a Comissão de Ordem Econômica concordou com o texto do senador paulista. Virgíldio Senna, relator da Subcomissão de Princípios Gerais, por exemplo, criticou a simples eliminação da necessidade de planejamento do Estado, o que acabaria com a Seplan.

Já o relator da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, José Ulysses (PMDB-MG), ironizou o parecer de Severo Gomes, dizendo que o documento abre a possibilidade de que os mendigos sejam proprietários dos viadutos e pontes das cidades brasileiras. Ele denunciou que nenhuma das sugestões importantes das subcomissões foi considerada no relatório da Comissão.



Delfim, contra o culto ao Estado, a Estatolatria

## Vereadores poderão ter mandato maior

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Os prefeitos municipais e vereadores eleitos em 1986 terão seus mandatos encerrados no dia 1º de janeiro de 1991, sendo também facultada aos prefeitos eleitos em 1988 a reeleição, ao término do mandato de 2 anos. Os atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 15 de novembro de 1982 terminarão seus mandatos no dia 1º de janeiro de 1989, enquanto governadores e vice-governadores eleitos em 15 de novembro do ano passado só terminarão seus mandatos em 15 de março de 1990. Para o presidente da República, optou-se pelo mandato de 5 anos.

Estas são, em síntese, as principais propostas contidas no projeto do relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana. Ele só não conseguiu o aval da cúpula do PMDB para a proposta de prorrogação do mandato dos prefeitos das capitais. Ao procurar o deputado Ulysses Guimarães e o senador Mário Covas, na noite de sábado, Prisco Viana foi estimulado a retirar de seu parecer o artigo sobre mandato de prefeitos de capitais, sob o argumento que o PMDB não interessava manter a prática de prorrogação de mandatos. Por se tratar de matéria de interesse político e não de doutrina, Prisco foi até o Prodasen (Processamento de Dados do Senado) e dali retirou essa proposta específica, restando aos atuais prefeitos de capitais a possibilidade de tentarem a reeleição em 1988.

Ao lançar ontem, diante de sua comissão, na Assembleia Nacional Constituinte, essa polêmica tese que permite a ampliação dos mandatos de alguns prefeitos e vereadores para sete anos, o relator Prisco Viana justificou-se dizendo que a não-coincidência das eleições seria de difícil compatibilização com a realidade política brasileira, principalmente no interior do País. Ademais, segundo o relator, "as eleições coincidentes contribuem para dar uniformidade dos governos eleitos, na medida em que passam a ser comuns as plataformas e os compromissos assumi-

**ABRÃO LOWENTHAL**  
**RUBENS JUBRAM**  
Advogados  
Comunicam o novo endereço de seus escritórios à Alameda Rio Claro, 273, 13º andar.  
Telefones: (011) 289.8756 - 285.2635.